

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL, DIREITOS HUMANOS E MEMÓRIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Vanderlei Machado*
Marla Barbosa Assumpção**

Resumo

Neste trabalho pretendemos descrever e analisar algumas experiências que tivemos ao longo do ano de 2013 com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Focaremos na vivência de uma oficina de educação patrimonial com uma turma de ensino médio da referida modalidade. Trata-se da oficina Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos, elaborada a partir de processos administrativos de indenização a ex-presos políticos, pertencentes ao acervo da Comissão Especial de Indenização, criada em 1997 e atuante até 2004, no Rio Grande do Sul. Na elaboração deste relato utilizaremos os registros feitos nos planos de aulas e as avaliações elaboradas pelos estudantes sobre as atividades desenvolvidas.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação patrimonial. Direitos humanos.

INTRODUÇÃO

A partir do presente relato, pretendemos sistematizar e compartilhar algumas experiências que tivemos ao longo do ano de 2013 com alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (CAP/UFRGS). Mais especificamente, focalizamos a vivência de uma oficina de educação patrimonial com uma turma de ensino médio da referida modalidade. Trata-se da oficina Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos, elaborada a partir de processos administrativos de indenização a ex-presos políticos, pertencentes ao acervo da Comissão Especial de Indenização, criada em 1997 e atuante até 2004, no Rio Grande do Sul. Com esse intuito, traçamos, primeiramente, algumas considerações relativas à especificidade da EJA, sobretudo no tocante ao público-alvo; em um segundo momento, nos debruçamos sobre aspectos concernentes à oficina supracitada; e, por fim, apresentamos um relato das atividades desenvolvidas.

Antes de seguirmos os passos acima proposto, gostaríamos de destacar que o ano de 2013 marcou a nossa primeira atuação – de muitas, esperamos – junto a uma turma de Educação de Jovens e Adultos¹. Nesse sentido, as considerações que se seguem são fruto de uma primeira tentativa de sistematização de reflexões que surgiram

* Doutor em História e professor titular do Departamento de Humanidades do Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: vandermachado@hotmail.com

** Licenciada e Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGH-UFRGS). Atua como Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS - Campus Porto Alegre). E-mail: marlalu@yahoo.com.br

tanto a partir dessa experiência quanto de leituras conjuntas sobre a temática em questão. Acreditamos, assim, conforme assinalou Fernando Seffner (2010, p. 219), que a necessária formação continuada do professor passa também pela valorização do seu saber docente a partir da reflexão sobre sua prática cotidiana em sala de aula. Utilizaremos ao longo deste artigo os registros feitos nos planos de aulas e as avaliações elaboradas pelos estudantes sobre as atividades desenvolvidas.

Esperamos que este relato possa contribuir, em alguma medida, para se (re)pensar experiências correlatas, auxiliando no desenvolvimento de novas estratégias e possibilidades educacionais, sobretudo aquelas concernentes ao grupo focalizado pelo relato em questão.

1. ESPECIFICIDADES DO TRABALHO COM A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade específica da educação básica nacional, conforme consta na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) (BRASIL, 1996). Entre os aspectos que a singularizam, sobressai-se a amplitude do espectro etário dos discentes, tendo em vista que atende jovens e adultos. De acordo com parcela da bibliografia que consultamos sobre o tema bem como a partir da nossa experiência no colégio de aplicação, observamos algumas questões derivadas dessa situação peculiar, quais sejam, a relativa variação de ritmos existentes entre ambos, tanto no acompanhamento das aulas quanto na resolução de atividades, diferenças em relação ao comprometimento, entre outros. No tocante mais especificamente ao primeiro aspecto, acreditamos que este possui estreita relação com o tempo transcorrido entre a interrupção dos estudos formais e a retomada do processo de escolarização – tempo este, via de regra, mais significativo no caso do público adulto. Acredita-se, pois, que a especificidade do público atendido

– a qual, indubitavelmente, extrapola os aspectos ressaltados – incide diretamente no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, Marta Kohl de Oliveira assinala que

[...] podemos arrolar algumas características dessa etapa da vida que distinguiriam, de maneira geral, o adulto da criança e do adolescente. O adulto está inserido no mundo do trabalho e das relações interpessoais de um modo diferente daquele da criança e do adolescente. Traz consigo uma história mais longa (e provavelmente mais complexa) de experiências, conhecimentos acumulados e reflexões sobre o mundo externo, sobre si mesmo e sobre as outras pessoas. Com relação à inserção em situações de aprendizagem, essas peculiaridades da etapa de vida em que se encontra o adulto fazem com que ele traga consigo diferentes habilidades e dificuldades (em comparação com a criança) e, provavelmente, maior capacidade de reflexão sobre o conhecimento e sobre seus próprios processos de aprendizagem (OLIVEIRA, 2005).

Ao analisarmos a passagem supracitada, podemos perceber que, para além de algumas especificidades subjacentes à EJA, é possível elencar uma série de aspectos em que esta possui uma preeminência em relação a outras modalidades. Nesse sentido, destaca-se, entre outros, a bagagem extremamente rica trazida pelos alunos da Educação de Jovens e Adultos no que tange ao acúmulo de experiências e conhecimentos. O ponto em questão evidenciou-se, no caso da turma focalizada por este relato, tanto no andamento das aulas ao longo do semestre, quanto na vivência da oficina de educação patrimonial no Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (Apers), conforme analisaremos com mais profundidade adiante. É digno de nota, ainda, o fato de que o grupo, em sua maioria, sempre demonstrou grande interesse em debater e estudar o contexto da ditadura civil-militar no Brasil. Em relação à temática focalizada pela oficina, os alunos mais novos não vivenciaram o período histórico analisado, ainda que, indubitavelmente, vivam em uma sociedade que carrega algumas marcas desse período. Além disso, via

de regra, afirmaram desconhecer aspectos concernentes ao período ditatorial, ainda que alguns se recordassem de matérias jornalísticas sobre o tema, tendo em vista que essa temática esteve – e ainda permanece – presente nas pautas semanais dos meios de comunicação em virtude da instauração da Comissão Nacional da Verdade. Em relação aos/as estudantes com mais de cinquenta anos, por sua vez, muitos/as compartilharam, durante as discussões em sala de aula, algumas lembranças sobre o período. Entre elas, sobressaíram-se questões vinculadas a figuras de proeminência política, tais como Leonel Brizola, e também ideias ainda bastante arraigadas acerca da suposta inexistência de índices tão expressivos de criminalidade e corrupção e um maior respeito às hierarquias, tanto no espaço privado, da família, quanto no espaço público. Não obstante, essas colocações eram desvinculadas do contexto de censura, repressão, entre outros, característicos do regime em questão.

Ainda que tenhamos, até então, nos debruçado mais detidamente sobre o amplo espectro etário enquanto um elemento distintivo da modalidade examinada, vale ponderar que, para pensar a Educação de Jovens e Adultos, é preciso extrapolar o recorte etário, tendo em vista a necessidade de atentarmos para uma série de especificidades que não são dirigidas a qualquer jovem ou adulto. Nesse sentido, de acordo com Oliveira (2005, p. 62), “refletir sobre como esses jovens e adultos pensam e aprendem envolve, portanto, transitar pelo menos por três campos que contribuem para a definição de seu lugar social: a condição de ‘não-crianças’, a condição de excluídos da escola e a condição de membros de determinados grupos culturais”.

Ao reconhecermos a singularidade do público-alvo da EJA, torna-se necessário repensar teorias, metodologias e práticas do cotidiano escolar, processo esse que acaba tensionando a própria instituição. Segundo Oliveira:

Um primeiro ponto a ser mencionado aqui é a adequação da escola para um grupo que não é o “alvo original” da instituição. Currículos, programas, métodos de ensino foram originalmente concebidos para crianças e adolescentes que percorreriam o caminho da escolaridade de forma regular. [...] De certa forma, é como se a situação de exclusão da escola regular fosse, em si mesma, potencialmente geradora de fracasso na situação de escolarização tardia. Na verdade, os altos índices de evasão e repetência nos programas de educação de jovens e adultos indicam falta de sintonia entre essa escola e os alunos que dela se servem, embora não possamos desconsiderar, a esse respeito, fatores de ordem socioeconômica que acabam por impedir que os alunos se dediquem plenamente a seu projeto pessoal de envolvimento nesses programas (2005, p. 64-65).

Além do descompasso existente, algumas vezes, entre a instituição escolar e o público da EJA, conforme acima destacado, outros fatores acabam concorrendo para o significativo índice de evasão observado nessa modalidade. Entre eles, sobressaem-se tanto questões de ordem pessoal quanto profissional. Em virtude desses aspectos, torna-se essencial a motivação permanente dos discentes, com o intuito de evitar o abandono ou o adiamento do processo de escolarização. O incentivo em questão passa, entre outros aspectos, pela importância de uma prática pedagógica contextualizada. Segundo Juçara Benvenuti (2012, p. 24), “sem reflexão sobre o ato de educar e sobre o meio cultural em que vivem os educandos, corremos o risco de adotar métodos educativos e diretrizes de trabalho que os reduzam à condição de objeto”. Dessa forma, é de suma importância, além de extremamente proveitoso, reconhecer a bagagem e as diversas contribuições trazidas pelos alunos e, a partir destas, construir uma proposta de reelaboração e sistematização através da mediação do conhecimento escolar. Nesse sentido, adotamos como prática, desde o início do semestre letivo, a realização de atividades que nos possibilitassem tanto aceder aos conhecimentos prévios trazidos pelo grupo quanto mapear alguns de seus interesses e vivências cotidianas. Com esse

intuito, para exemplificar, elaboramos uma ficha com questionamentos acerca desses aspectos, a qual fora preenchida pelos alunos já no primeiro dia de aula. A partir dela, foi possível, entre outros aspectos, traçar um perfil do grupo (com informações sobre idade, local de residência, trabalho, instituições culturais frequentadas, projetos futuros, etc.) bem como tomar conhecimento de temas relacionados à História que despertavam o interesse dos alunos. No que concerne a essa última questão, uma das temáticas que se sobressaiu foi justamente a história do Brasil, destacadamente o período da ditadura civil-militar.

Feitas essas considerações, vale atentarmos, ainda que brevemente, para algumas características do grupo de alunos com o qual trabalhamos no último semestre de 2013 – e que vivenciou as atividades foco desse relato de experiência –, as quais vão ao encontro das colocações supracitadas. A turma em questão era composta por, aproximadamente, 25 alunos, cujas aulas eram ministradas no turno da noite. O espectro etário dos discentes era bastante amplo, variando, em média, dos 18 aos 65 anos de idade. Na turma, os grupos de jovens e de adultos se equiparavam em termos numéricos. Praticamente todos os alunos eram trabalhadores. Observa-se, dessa forma, algumas especificidades anteriormente ressaltadas em relação à EJA, visto tratar-se de um público que compreende o binômio aluno-trabalhador. Outro aspecto marcante no grupo em questão – constante nessa modalidade – foi o número relativamente significativo de alunos que acabou evadindo já nos momentos iniciais, adiando, assim, mais uma vez, o processo de escolarização.

2. VIVÊNCIA DA OFICINA DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Antes de procedermos a um relato das atividades executadas, acreditamos ser importante contextualizar

o surgimento da oficina bem como alguns de seus objetivos, visto que participamos, enquanto professores e historiadores, do processo de elaboração da mesma, juntamente com outros profissionais da área da Educação, da História e da Arquivística.²

A oficina de educação patrimonial, intitulada Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos, foi elaborada a partir de uma parceria entre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul e o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul. Após algum tempo de intensos trabalhos por parte da equipe organizadora, ela passou a fazer parte do rol de atividades do Apers com alunos da educação básica a partir do segundo semestre de 2013.

A criação de uma oficina com essa temática se inseriu em um debate que vem se travando há algum tempo, mas que ganhou força nos últimos anos com a criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) no Brasil, criada pela Lei 12.528/2011 e instituída em maio de 2012. A CNV tem por finalidade apurar graves violações de direitos humanos ocorridas entre 1946 e 1988, recorte este que inclui o período ditatorial focalizado pela oficina. Assim, conforme consta na lei de criação da comissão, entre seus objetivos centrais desponta o direito à verdade, através da elucidação dos fatos (BRASIL, 2011). Este, entendido enquanto um direito humano, tem, entre outras finalidades, evitar violações no futuro. É justamente na esteira desse processo, que extrapola o âmbito nacional, tendo em vista iniciativas correlatas em diversos outros países, que podemos entender a importância da preservação e da disponibilização da documentação salvaguardada no Apers, a qual é trabalhada ao longo da oficina.

Durante a vivência no arquivo, os alunos entram em contato com a temática supracitada a partir, especialmente, da análise e problematização de processos administrativos gerados pelo trabalho da Comissão Especial de Indenização (CEI), criada em 1997. Os

membros da CEI tinham a incumbência de receber e avaliar pedidos de reparação financeira por ex-presos políticos que sofreram violência física ou psicológica por parte de agentes do estado do Rio Grande do Sul entre os anos de 1961 e 1979. Findo esse trabalho, os 1.704 processos oriundos das tarefas da CEI foram recolhidos ao Apers.

Antes, contudo, de realizarmos a visita ao arquivo, trabalhamos com os alunos, em sala de aula, a trajetória de seis pessoas com o perfil acima destacado. Esse trabalho se deu a partir de um material de apoio produzido pela equipe organizadora com o intuito de incitar algumas discussões com os alunos bem como instigá-los e sensibilizá-los para a temática em questão. O material era composto por textos, verbetes e histórias em quadrinhos relativos à militância política no período.

No Apers, por sua vez, os alunos entraram em contato com uma série de documentos e materiais que as citadas pessoas recolheram para apresentar à CEI como prova da perseguição e violência sofrida. Dessa forma, tem-se acesso a uma série de documentos produzidos pelo Estado repressor para coordenar suas ações. É válido mencionar que essa documentação, atualmente, possui uma função oposta à sua origem, já que agora ela é utilizada para compensar as vítimas pela perseguição e violação a seus direitos. Essa inversão de papel é chamada por muitos estudiosos dos arquivos repressivos de “efeito bumerangue” (BAUER, 2009). Percebe-se, portanto, que a documentação tem um valor histórico, servindo de fonte para os estudiosos do período, mas também judicial e, inclusive, pedagógico, tendo em vista iniciativas como a oficina de educação patrimonial do Arquivo Público.

É importante ressaltar que as atividades em questão estiveram inseridas no trabalho que realizamos ao longo do semestre com a turma EM3. Isso porque optamos por trabalhar, nas aulas de História, o recorte referente ao Brasil República, destacando, além das

especificidades desse regime político, a alternância entre sistemas democráticos e ditatoriais. Toda essa discussão culminou com a nossa saída de campo, no dia 22 de outubro de 2013, à noite, na qual pudemos vivenciar a oficina no Apers. A atividade em questão, desde o início, despertou grande interesse nos alunos. Sobressai-se, nesse sentido, o retorno extremamente positivo que tivemos deles, inclusive com apelos de que vivências como aquela se repetissem.

3. ROTEIRO DE ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Antes de levarmos os/as alunos/as para participar da oficina intitulada Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos, desenvolvemos em sala de aula uma oficina preparatória, na qual foram trabalhados conceitos – tais como direitos humanos, movimento estudantil, ditadura, exílio, clandestinidade, esquema de fronteiras, entre outros, que constavam no material de apoio da oficina e que nos ajudaram a contextualizar o período histórico compreendido entre 1964 e 1979 – e as histórias de vida dos/as militantes de esquerda perseguidos pela repressão no Rio Grande do Sul. Nessa atividade preparatória utilizamos os materiais pedagógicos produzidos pela equipe que elaborou a oficina, entre eles as histórias em quadrinhos sem texto escrito (produzidas com base em passagens dos relatos de memória dos/as militantes que constam nos processo de indenização sob a guarda do Apers). Além disso, trabalhamos com os relatos de seis militantes que foram perseguidos pela ditadura (quatro homens e duas mulheres).

Inicialmente, dividimos a turma em seis grupos, entregamos as histórias em quadrinhos para que os/as alunos/as procurassem descrever algumas questões como: O que as imagens informavam? De qual período histórico elas tratavam? Depois foram entregues textos

produzidos pela equipe de professores e arquivistas que organizou a oficina. O material em questão apresenta

as histórias de seis pessoas que, entre o começo dos anos 1960 e os anos 1970, passaram por experiências que transformaram suas vidas. Todas elas viviam no Rio Grande do Sul, dedicavam-se a atividades diferentes e possivelmente não se conheciam. Suas vidas, conforme consta nos relatos, foram marcadas por um desejo de transformar o mundo em que viviam e pela forma como tentaram calar esse desejo.³

Após essa passagem, o texto convidava: “Vamos conhecer essas pessoas?” De posse desses fragmentos biográficos e do glossário, os grupos deveriam tentar complementar as informações faltantes (o texto traz algumas tarjas e não diz qual é o final da história de cada personagem) a partir dos verbetes e da imaginação dos componentes de cada grupo de alunos. Caso o grupo não conseguisse completar os dados faltantes, estes deveriam ser procurados durante a visita ao Arquivo Público e a leitura dos documentos que compõem o processo de indenização e que contém dados sobre a história dos/as militantes. Porém, intuindo que alguns alunos teriam dificuldades para ir até o arquivo, optamos por trabalhar os relatos mais completos já na escola. Dessa forma, garantimos que todos tivessem acesso às histórias de luta daqueles militantes, mas, por outro lado, sabemos a perda que representou para esses alunos o não conhecimento da história e do funcionamento do Arquivo Público bem como o contato com exemplares fac-símiles dos processos.

Após a leitura das histórias de vida, cada grupo teve que apresentar oralmente a história do/a seu/sua personagem aos demais colegas da turma e relatar como fizeram a relação entre o texto escrito e o texto imagético. Desse modo, podiam-se conhecer os seis militantes e suas trajetórias, que representavam diferentes formas de resistência à ditadura.

Através da oficina preparatória, os estudantes, além de conhecer um momento marcante da história

do Brasil e, em particular, do Rio Grande do Sul, trabalharam tanto com a leitura de textos escritos quanto com a leitura de textos imagéticos. Dessa maneira, realizamos na escola alguns dos objetivos previstos pelos professores da turma, entre os quais, desenvolver as habilidades da leitura, textual e imagética, e da escrita. Tanto na oficina preparatória quanto posteriormente na visita ao arquivo, ao trabalharmos com relatos de memória, charges, fotos, documentos oficiais, recorte de jornais, entre outros, proporcionamos aos estudantes o contato com produções textuais diversas daquelas utilizadas geralmente em sala de aula, qual seja, livros didáticos e fotocópias de textos.

Uma semana após essa atividade, levamos os estudantes para o Apers. Como a turma é formada por adultos, todos se dirigiram ao local da oficina por conta própria. Primeiramente, os/as alunos/as assistiram a um vídeo introdutório, na sala do auditório. Em seguida, se dirigiram para o pátio que antecede a entrada do prédio histórico, de estilo neoclássico. Nesse momento, foram dadas as explicações sobre as motivações que levaram o poder público gaúcho, em 1906, a criar o Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul, suas funções burocráticas e administrativas bem como a sua importância como depositário de um acervo que contém uma parte da memória histórica do Rio Grande do Sul. Essa explicação inicial serviu para despertar e aguçar a atenção de todos.

Divididos em grupos e orientados por estagiários e funcionários do Apers, iniciou-se a visita guiada pelos labirintos de aço formado pelas estantes que guardam o acervo. Nelas estão conservados aproximadamente 8.005 metros lineares de documentos, entre eles, processos-crimes, cartas de alforria, inventários, certidões de nascimento, habilitações para o casamento e, mais recentemente, os processo de solicitação de indenização encaminhado ao estado do Rio Grande do Sul pelos perseguidos políticos da ditadura civil-

militar que comandou o Brasil. Durante o percurso, os oficinairos solicitavam aos alunos que encontrassem pistas presentes nas histórias em quadrinho que os auxiliaram a encontrar as caixas com a documentação que analisariam durante a oficina. Códigos numéricos estrategicamente inseridos nos quadrinhos serviam como senha para a localização da caixa que seria trabalhado pelo grupo. Dessa forma, demonstrava-se aos estudantes como são feitos os registros da documentação e a maneira de encontrá-la entre tantas caixas e maços de papéis arquivados.

De posse da documentação, os alunos foram encaminhados para uma sala com vários tatames, onde poderiam se sentar juntamente com o responsável por guiar o grupo. Os/as estudantes foram convidados/as a manusear o processo que se encontrava dentro da caixa-arquivo. Ao formar os grupos, tivemos a preocupação de que os/as alunos/as tivessem contato com as histórias de militantes diferentes daquelas trabalhadas em sala de aula. O estagiário/oficineiro informou que os documentos em questão formavam um processo administrativo gerado pelo trabalho da Comissão Especial de Indenização que foi criada em 1997, pelo governo do estado do Rio Grande do Sul, para receber e avaliar os pedidos de reparação financeira de ex-presos políticos que sofreram violência física ou psicológica por parte de agentes do Estado, entre os anos de 1961 a 1979. A Comissão registrou 1.704 processos de indenização que posteriormente foram recolhidos ao Arquivo Público.

Ao manusear o processo, os estudantes encontravam uma ficha com as principais informações sobre o/a preso/a político, o período em que esteve na prisão, a cidade, se “houve sevícias ou maus tratos”, a que organização pertencia, laudos médicos e psiquiátricos, recortes de jornais da época relatando a prisão, atestado de outros presos afirmando que viram o/a preso na prisão ou sabiam do ocorrido, documento da Secretaria

de Segurança Pública do Estado com informações sobre a prisão, entre outros documentos anexados para comprovar a condição de ex-perseguido político. Também o parecer da CEI e o valor da indenização constam nos processos. Enquanto os documentos passavam de mãos em mãos, o oficinairo conversava com o seu grupo para saber o quanto eles conheciam sobre a ditadura e o que são direitos humanos. Sempre que necessário, o oficinairo lançava mão do glossário que estava dentro da caixa em busca de algumas definições.

A turma analisou 6 dos 1.704 processos de pedidos de indenização guardados pelo Apers. Nesses processos puderam conhecer melhor as histórias de mulheres e homens que resistiram à ditadura de diferentes formas: no campo, na universidade, nas fábricas e até mesmo dentro das Forças Armadas. Com relação à participação feminina na luta contra a ditadura, tema ainda ausente nos livros didáticos de História adotados nas escolas do país, conforme observamos em uma pesquisa realizada no Colégio de Aplicação da UFRGS⁴, os/as estudantes puderam conhecer as trajetórias de duas militantes que foram presas e torturadas. Através dessas histórias, buscou-se, além de dar visibilidade à participação feminina na luta contra a ditadura, demonstrar as diferentes formas de resistência que as organizações clandestinas adotaram para se opor à ditadura e as ideologias que norteavam suas ações.

Os relatos de memória estudados foram o de Eloy Martins, Emilo Neme, Alcides Kitzmann, Cláudio Gutierrez, Igenes Serpa e Nilce Azevedo. A equipe que organizou a oficina no Apers buscou seguir uma linha cronológica e de contextualização, segundo a qual as histórias contidas em uma caixa poderiam estar relacionadas com as seguintes. Os/as alunos/as não foram incentivados a decorar tudo o que aconteceu com seu personagem, mas, sim, entender por que os

mesmos tomaram aquelas atitudes que fizeram com que eles/as fossem presos/as pela repressão militar ligada aos que governavam o Estado e o país naquele período. Após analisar longamente esses documentos, os alunos responderam a algumas questões referentes ao personagem por eles estudado.

Cada caixa conta com uma folha em A3 com perguntas sistematizadas, específicas para cada personagem, e uma folha menor, com uma imagem do indenizado e espaço para que os alunos possam colocar pensamentos mais livres, críticas e sugestões para as oficinas. Com o auxílio do/a oficineiro/a, os/as alunos/as responderam todas as perguntas da folha com as questões. Enquanto respondiam os exercícios, o/a oficineiro/a estava sempre ouvindo as opiniões dos/as estudantes, para que assim pudesse ajudá-los/as na compreensão do assunto.

O fechamento da oficina se deu em uma roda de conversa, na qual cada grupo dirigia-se à frente dos demais e apresentava seu personagem. Ao compartilhar a trajetória de cada militante com os colegas foi possível, ainda, cotejá-la com aquelas primeiras impressões acerca das lutas e perseguições vivenciadas pelos militantes durante o período ditatorial anteriormente trabalhadas em sala de aula. Ao todo, a oficina teve a duração de três horas.

Na semana seguinte, já na sala de aula, entregamos aos alunos uma atividade avaliativa da oficina, com questões referentes a direitos humanos, impactos da ditadura em nossa sociedade ainda hoje bem como com considerações e sugestões sobre a vivência realizada no Apers e sobre a adequação ou não dos materiais de apoio que subsidiaram a visita. Essas avaliações foram, posteriormente, repassadas à comissão responsável pela organização da atividade, a qual pôde, a partir dos comentários dos alunos, repensar estratégias e dinâmicas para aprimorar o andamento dos trabalhos.

4. CONSIDERAÇÕES SOBRE A OFICINA PELA ÓTICA DOS ESTUDANTES

Após participar da oficina, os/as alunos/as receberam uma folha intitulada “Avaliação da oficina ‘Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos’”, que foi elaborada pelos professores de História da turma e pela equipe responsável pela organização da oficina. Visto que a avaliação da atividade foi respondida pelos/as estudantes na escola na primeira aula de história que tiveram após a data da oficina, alguns dos que a vivenciaram não estavam presentes nessa aula. Por outro lado, muitos daqueles que não foram ao Arquivo Público e compareceram à aula responderam a avaliação. Isso pôde ser feito porque algumas questões eram relativas às atividades executadas em uma fase anterior à visita ao Apers. Destes últimos, alguns até se arriscaram a tecer comentários sobre a oficina em função dos comentários extremamente positivos que escutaram dos colegas. A atividade era composta por cinco questões, as duas primeiras consideravam as atividades desenvolvidas pelos professores na oficina preparatória, e outras três discorriam sobre a oficina no Arquivo Público. O objetivo dessa avaliação era possibilitar que os estudantes contribuíssem com a melhoria das atividades e proporcionar um momento de crítica, já que eles poderiam indicar modificações nas atividades que seriam compartilhadas posteriormente com o restante da equipe da UFRGS e do Apers responsável por planejar as atividades da oficina.

Sobre a primeira parte da questão de número 1, que indagava: “Você avalia que as atividades de preparação realizadas em sala de aula foram importantes para se familiarizar com a temática?”, os estudantes responderam afirmativamente, que a oficina preparatória foi “proveitosa” e “bem elaborada”, pois a temática na aula foi a mesma trabalhada posteriormente no arquivo público. É possível que essa afirmação indique que os

conteúdos puderam ser melhor aprofundados/estudados ao serem abordados em dois momentos. Afirmou-se ainda que “as atividades foram importantes para entrar no contexto histórico”. Essa afirmação, acreditamos, aponta para uma contextualização histórica feita a partir das fontes trabalhadas, dos verbetes e dos relatos de memória. Ainda afirmou-se que “sim, porque [ao participar da oficina] já estávamos com um olhar diferente para analisar a temática”, reforçando mais uma vez a importância do trabalho preparatório. A oficina na escola serviu ainda, segundo o entendimento de um estudante, para “estimular o conhecimento entre nós”.

Na segunda parte da primeira pergunta, que questionava: “Você modificaria algo para que fossem mais proveitosas as atividades? Se sim, o quê?”, alguns estudantes propuseram modificações. Entre elas, sugeriu-se que, em relação à dinâmica da parte final da oficina, em vez de cada grupo se dirigir à frente da sala para apresentar as suas respostas, deveria ser feita uma “roda onde todos os colegas possam discutir os temas propostos”; foi solicitado que se fizessem saídas de estudos com “mais frequência, sobre diversos assuntos”. Diante do exposto, procuraremos, na medida do possível, incorporar essas sugestões.

A segunda pergunta tinha por objetivo analisar os materiais didáticos da oficina e questionava: “Os recursos didáticos utilizados (história em quadrinhos, glossário, texto com a trajetória de militantes) foram adequados? Você tem alguma sugestão para que a atividade seja mais proveitosa?” Sobre a primeira parte da pergunta, os/as alunos/as responderam que sim, os materiais eram adequados e destacaram que esses recursos foram apresentados “de uma maneira didática e se tornando interessante sem fugir do tema proposto”. Além disso, os/as estudantes afirmaram que os materiais foram bem “proveitosos”; e estavam “associados ao assunto tratado”; que tinham objetivo de “preparar para a saída de campo”; e ainda que “foram sim, pois

ao invés de ser sempre texto somente, a ilustração ajuda muito”. Essa última fala pode estar relacionada ao fato de que a maioria dos textos trabalhados em sala, que são elaborados pelos professores, são fotocopiados e quase nunca ilustrados ou coloridos. É importante assinalar que a turma ora referida não fazia uso de livro didático. Sobre a segunda parte dessa questão respondeu-se que os materiais didáticos utilizados nas oficinas “deveriam ser debatidos em sala de aula”, o que pode indicar que somente o tempo da oficina não foi suficiente para explorar todo o material empregado, tendo em vista o volume e a riqueza do mesmo. Mencionou-se a necessidade de se realizar outras visitas ao arquivo. Podemos perceber que os alunos apreciam esse tipo de atividade pedagógica que rompe com o espaço da sala de aula, permitindo conhecer a história e o patrimônio cultural de Porto Alegre.

Sobre a parte do questionário relativa à atividade experimentada no Arquivo Público propriamente dita, perguntamos inicialmente: “Como você avalia a vivência da oficina realizada no Arquivo Público? Você modificaria algo para que fossem mais proveitosas as atividades? Se sim, o quê?” Sobre a primeira parte da pergunta, os/as estudantes responderam que as atividades foram “boas, para conhecer o passado da nossa sociedade”. Uma aluna mencionou: “Adorei, o jardim, fiz um *book*, a arquitetura dos prédios, a história por trás de um portão.” Um aluno solicitou que mais conteúdos fossem trabalhados em sala de aula. Essa demanda deve ser levada em consideração, pois o tema da ditadura acabou ficando para o final do semestre letivo e, possivelmente, poderia ter sido trabalhado com mais vagar ou dentro de um outro recorte temporal e de conteúdos. Essa avaliação será acatada no próximo semestre letivo. Contudo, não podemos deixar de mencionar que a carga horária de História era relativamente pequena com esse grupo, visto que tínhamos, em média, apenas quatro encontros mensais com os alunos, além de,

eventualmente, oficinas oferecidas às sextas-feiras. Isso, indubitavelmente, acabou restringindo a possibilidade de explorar uma gama mais variada de temas ao longo do semestre letivo.⁵ O aspecto em questão aponta também para a necessidade de se trabalhar de forma integrada com outras disciplinas. Obviamente, isso se justifica não apenas pela reduzida carga horária, via de regra, dispensada à História nos currículos escolares, mas também pelas inúmeras possibilidades de trocas, as quais tendem a enriquecer o processo de ensino-aprendizagem a partir desse diálogo. Alguns estudantes, devido à idade ou pensando na dificuldade dos/as colegas mais velhos, fizeram sugestões no sentido de melhorar a acessibilidade do prédio do Arquivo Público e de se disponibilizar cadeiras para que não precisassem sentar no chão.

Na questão de número dois, perguntamos: “Quais os temas/discussões mais te chamaram a atenção? Por quê?” Em suas respostas, os/as estudantes mencionaram que a “tortura contra as mulheres” foi o que mais lhes chamou atenção. Isso porque “diziam [os torturadores] que elas eram assim mais difíceis que os homens”, referindo-se à fala de um torturador que afirmava que era mais complicado extrair informações das prisioneiras. A descrição das torturas também “chocou”, pois esta é “desumana”, ainda mais quando “relatada pelos próprios torturados”. Afirmou-se ainda que o tema da ditadura chamou atenção devido ao fato de que “gosto de temas que envolvem o serviço militar”. Essa fala, possivelmente, está relacionada ao fato de que alguns rapazes da turma estavam em idade para se alistar no serviço militar e demonstravam interesse em seguir carreira – um deles, inclusive, já estava prestando serviço militar. O recorte que privilegia a História do Brasil, pudemos constatar, é bastante valorizado pelos/as estudantes. Percebe-se que nenhum/a estudante discordou do assunto trabalhado ou indicou preferir outro tema.

Na terceira questão sobre a experiência no arquivo, perguntamos: “Que mensagem/sugestão você gostaria de deixar para os professores/oficineiros que elaboraram a oficina?” Os/as alunos/as consideraram que os envolvidos nas atividades são “pessoas capacitadas que dominavam o assunto”. E identificaram que os envolvidos na atividade haviam “se preparado para nos receber”. Ou seja, reconheceu-se que houve um grande investimento por parte dos organizadores e oficinairos na realização da atividade. Além dos agradecimentos, recomendavam que todos “continuem assim”, certamente desejando que os próximos colegas tivessem a oportunidade de compartilhar aquela experiência.

Com relação à questão de número quatro, que interrogava: “Você teve dificuldade em compreender algum conceito ou tema abordado durante a atividade, seja pelo tempo para a leitura e discussão, seja pela forma como estes foram expostos? Se sim, qual?”, os estudantes responderam que não tiveram nenhuma dificuldade em compreender os conceitos e temas estudados. Foi mencionado por um estudante que este encontrou “dificuldade de me comunicar com o grupo pela diferença de idade”. Como as avaliações anteriores desse estudante, relativas a professores/as e oficinairos/as tinham sido positivas, acreditamos que essa ressalva se dirigia aos colegas do grupo do qual o estudante fez parte durante a realização da oficina. Nota-se nessa fala o conflito entre diferentes grupos etários presentes nas classes de EJA, que são percebidos também no cotidiano de sala de aula, conforme anteriormente assinalado.

Na quinta e última questão sugerimos: “Discuta com o grupo no qual realizou a vivência da oficina quais os aprendizados, lições ou mensagens vocês consideram marcantes e que foram suscitados pelo trabalho com a trajetória de um militante durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985).” Nesse momento, vale a pena fazermos uma ressalva em relação ao objetivo da referida questão: dividimos a turma em pequenos grupos

para respondê-la, os quais foram compostos não apenas por aqueles que participaram da oficina, já que os demais alunos foram integrados ao mesmo. Tínhamos por fim, através dessa dinâmica, que aqueles que vivenciaram a atividade pudessem socializá-la com os outros colegas que não estiveram presentes. A partir desse instigante diálogo, os alunos conjuntamente deveriam sistematizar suas impressões. Após a discussão em grupo, os estudantes afirmaram que para eles/as ficou “a mensagem de acreditar na sua ideologia”, de “lutar pelo que se acredita, a coragem que [o/a militante] teve em deixar tudo que amava por um ideal que acreditava”. Marcou ainda “as formas absurdas que o exército impôs sobre o povo, apenas separando inimigos de aliados”. Ficou o reconhecimento “às pessoas que lutaram para que hoje tenhamos um país democrático”. “Que nem a tortura, prisão ou o exílio devem nos desviar dos nossos ideais.” “Que uma sociedade organizada deve lutar pelos seus direitos.” Para um grupo, além das questões mencionadas anteriormente, merece destaque a “força [...] de relatar, relembrar, reviver e de lutar pelos seus direitos civis”. Afirmou-se também que “a disciplina imposta na época foi importante para que chegássemos onde estamos” E concluiu-se que “alguns direitos” foram concedidos pelos militares. A disciplina a que o aluno se refere, possivelmente, está relacionada com o respeito à hierarquia. Em um trabalho futuro, buscaremos problematizar essa visão, compartilhada por alguns/mas alunos/as da EJA, de que na época da ditadura havia mais disciplina, no sentido que todos respeitavam as hierarquias, tanto na família quanto na sociedade em geral.

Ainda sobre a questão acima mencionada, chamou atenção de alguns grupos o valor pago a título de indenização pelo Estado. Diante das perseguições, torturas e exílio a que foram submetidos, “trinta mil reais não apagam as cicatrizes nem da alma nem do corpo”. A avaliação dos estudantes contesta aquelas afirmações pejorativas que chamam tais reparações

de “bolsa tortura”. Afirmou-se ainda que “a violência vivida na época jamais deverá ser apagada para servir de exemplo do que jamais deveria ter acontecido”. E o grupo conclui: “Vida longa para Ignez, Nilce e todos os sobreviventes.”

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A título de conclusão, acreditamos ser importante assinalar que a experiência ora relatada foi extremamente gratificante. Nesse sentido, gostaríamos de retomar três aspectos.

Sobressai-se, em primeiro lugar, o retorno de veras positivo que tivemos por parte do grupo de alunos/as. Destaca-se a tônica das respostas nas fichas supracitadas, anteriormente analisadas, assim como na atividade de autoavaliação, avaliação das aulas e dos/as professores durante todo o período letivo, que realizamos ao final do semestre, na qual a menção à vivência ora relatada se sobressaiu nos comentários da turma de forma geral. Além disso, é digno de nota o desdobramento das atividades, fruto, entre outros aspectos, do empenho e comprometimento por parte dos/as alunos/as bem como a riqueza das suas experiências e pontos de vista compartilhados ao longo das discussões. A eles/as, fica o nosso sincero agradecimento, pois qualquer iniciativa seria infecunda, por mais bem-intencionada e elaborada que fosse, sem a colaboração e efetiva participação dos/as estudantes.

Em segundo lugar, gostaríamos de destacar os inúmeros aprendizados que tivemos ao longo do ano de 2013 e, em especial, durante o trabalho com a turma de EJA focalizada por este relato. Isso porque o ano passado marcou, conforme mencionado, nossa primeira experiência como professores/as da modalidade em questão. Esse desafio suscitou inúmeras novas leituras, discussões e o (re)pensar da prática docente. Além disso, enquanto parte integrante da comissão responsável

pela organização da oficina do Apers, para nós foi de suma importância ter sido, ao lado de tantos outros/as colegas historiadores/as, professores/as e arquivistas, protagonistas do diálogo tão essencial entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

Por fim, acreditamos ser relevante destacar a importância da temática foco da oficina. A disponibilização da documentação do Apers possui um valor inestimável, seja para pesquisa, seja para ações educativas, tais como a oficina proposta, tendo em vista, entre outros aspectos, o debate acerca desse passado recente no sentido da superação de uma cultura autoritária, de alguma forma ainda presente na nossa sociedade, fruto desse e de outros períodos históricos.

HERITAGE EDUCATION, HUMAN RIGHTS AND MEMORY: AN ACCOUNT OF EXPERIENCE IN YOUTH AND ADULT EDUCATION

Abstract

In this paper we intend to describe and analyze some of the experiences we had during the year 2013 with students from the Youth and Adult Education (EJA) of the College of Application of the Federal University of Rio Grande do Sul. We will focus on the experience of a heritage education workshop with a high school class of this modality. It is the Resistance in Archive: Cultural Heritage, Dictatorship and Human Rights workshop, elaborated from administrative processes of indemnification to ex-political prisoners, belonging to the collection of the Special Commission of Compensation, created in 1997 and active until 2004, in Rio Grande. In the elaboration of this report we will use the records made in the lesson plans and the evaluations

elaborated by the students on the activities developed.

Keywords: Youth and Adult Education. Human rights. Heritage Education.

EDUCACIÓN PATRIMONIAL, DERECHOS HUMANOS Y MEMORIA: UN RELATO DE EXPERIENCIA EN LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS

Resumen

En este trabajo pretendemos describir y analizar algunas experiencias que tuvimos a lo largo del año 2013 con alumnos de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) del Colegio de Aplicación de la Universidad Federal do Rio Grande do Sul. Enfocaremos en la vivencia de un taller de educación patrimonial con una clase de escuela secundaria de la dicha modalidad. Este es el taller “Resistência em Arquivo: Patrimônio, Ditadura e Direitos Humanos” que fue elaborado a partir de los procesos administrativos de indemnización de los ex-presos políticos, pertenecientes al acervo de la Comissão Especial de Indenização, creada en 1997 y activa hasta 2004 en Rio Grande do Sul. En la elaboración de este relato utilizaremos los registros hechos en los planes de clases y las evaluaciones elaboradas por los estudiantes acerca de las actividades desarrolladas.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos. Educación patrimonial. Derechos humanos.

NOTAS

¹ A professora Marla participou, em 2013, do Curso de Aperfeiçoamento em Prática Docente (Programa de Educação Continuada) do Colégio de Aplicação/UFRGS. Ao longo desse

ano, com a orientação do professor Vanderlei Machado, atuou com turmas de terceiro ano do ensino médio da EJA.

- ² A equipe de criação da oficina foi composta por: UFRGS: Andreia Suris (graduanda em História), Bruno Ortiz (pós-graduando em História), Carla Simone Rodeghero (docente do departamento e da pós-graduação em História), Dante G. Guazzelli (pós-graduando em História), Igor Salomão Teixeira (docente do departamento e da pós-graduação em História), Letícia Brandt Bauer (pós-graduanda em História), Lúcio Fernandes (pós-graduando em História), Marisângela Teresinha Antunes Martins (técnica em assuntos educacionais), Marla Barbosa Assumpção (pós-graduanda em História), Paula Blume (graduanda em História), Vanderlei Machado (docente do Colégio de Aplicação); Apers: Alexandre da Silva Ávila (estagiário), Cintia Brogni (estagiária), Clarissa de Lourdes Sommer Alves (historiadora), Eduardo Cristiano Hass da Silva (estagiário), Isabel Almeida (diretora), Nôva Marques Brando (historiadora), Vanessa Tavares Menezes (historiadora).
- ³ O trecho em questão faz parte do material elaborado pela equipe de criação da oficina e utilizado na vivência da mesma, assim como mencionado no parágrafo imediatamente anterior à citação.
- ⁴ Algumas considerações sobre esta pesquisa podem ser acessadas em: (MACHADO, 2010).
- ⁵ Vale assinalar que, a despeito de em muitos estabelecimentos de ensino a carga horária de História ser deveras reduzida em comparação com alguns outros componentes curriculares, na EJA do CAP/UFRGS a carga horária é distribuída de forma igualitária entre todas as disciplinas do currículo.

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Marla Barbosa. A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: o estado gaúcho como um espaço-chave no mapa da mobilidade da repressão e da resistência. In: PADRÓS, Enrique Serra. *Cone Sul em tempos de ditadura – reflexões e debates sobre a história recente*. Porto Alegre: Evangraf: UFRGS, 2013.

BAUER, Caroline; GERTZ, René. Arquivos de regimes repressivos: fontes sensíveis da história recente. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.

BENVENUTI, Juçara. *O dueto leitura e literatura na educação de jovens e adultos*. Porto Alegre: Mediação, 2012.

BRASIL. Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 29 jul. 2014.

BRASIL. Lei 12.528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12528.htm>. Acesso em: 2 ago. 2014.

CORSETTI, Berenice et al. (Org.). *Ensino de História: formação de professores e cotidiano escolar*. Porto Alegre: Edições EST, 2002.

MACHADO, Vanderlei. Memória e livros didáticos: as mulheres contra a ditadura. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL: TESTEMUNHOS: HISTÓRIA E POLÍTICA, 10., 2010, Recife. Disponível em: <http://www.encontro2010.historiaoral.org.br/resources/anais/2/1270416340_ARQUIVO_Livrodidaticodememoria.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2016

OLIVEIRA, Marta Kohl de. Jovens e adultos como sujeito de conhecimento e aprendizagem. In: FÁVERO, Osmar; IRELAND, Timothy Denis (Org.). *Educação como exercício de diversidade*. Brasília: Unesco: MEC: ANPEd, 2005. (Coleção Educação Para Todos.)

RODEGHERO, Carla S. Regime militar e oposição. In: GERTZ, René. *República: da Revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

SEFFNER, Fernando. Saberes da docência, saberes da disciplina e muitos imprevistos: atravessamentos no território do ensino de História. In: BARROSO, Vera et al. (Org.). *Ensino de História: desafios contemporâneos*. Porto Alegre: EST: Exclamação: ANPUH/RS, 2010.

Enviado em 25 de janeiro de 2016.

Aprovado em 25 de fevereiro de 2016.